

## Turismo e Acessibilidade: a democratização dos espaços citadinos

---

Mary Sandra Guerra Ashton<sup>1</sup>

### Resumo

Esse artigo apresenta a síntese parcial da revisão bibliográfica que irá compor a pesquisa que está sendo realizada sobre acessibilidade e turismo no Vale do Rio dos Sinos, no sul do Brasil. O objetivo desse trabalho é criar um espaço reflexivo a partir das noções que envolvem a acessibilidade nas cidades, em especial, nos espaços públicos destinados ao lazer e turismo. Para tanto, a contextualização se dará a partir de aportes teóricos com o intuito de compreender as noções de acessibilidade, inclusão social, turismo inclusivo, políticas e programas de acessibilidade. Utilizou-se o método de pesquisa exploratório reflexivo, priorizando a abordagem qualitativa. Com isso, espera-se contribuir para a compreensão e sensibilização acerca do tema da acessibilidade e sua relação com o turismo inclusivo, bem como, com a democratização do espaço público citadino.

**Palavras Chave:** Turismo; Acessibilidade; Inclusão; Políticas Públicas; Programas de Acessibilidade.

### Introdução

Esse trabalho integra a pesquisa intitulada “Turismo e Acessibilidade: uma análise dos espaços de lazer no Vale do Rio dos Sinos” que está sendo desenvolvida desde março de 2011, no grupo de pesquisa de Desenvolvimento Regional, na Universidade Feevale, com fomento do CNPQ.

A leitura do turismo na atualidade reveste-se de particular importância, uma vez que emergem novos temas e novas preocupações, entre eles a questão da acessibilidade que passa a ocupar a pauta nas discussões mundiais. A sociedade contemporânea assiste a grandes transformações impondo novas formas de convívio, de consumo e de partilha emocional e, desse modo, a urgência de novos produtos e serviços disponíveis no mercado. O turismo surge como catalisador de oportunidades para as pessoas, no

---

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação Social, PUC/RS. Professora Titular na Universidade Feevale/RS. Grupo de Desenvolvimento Regional e Grupo de Gestão da Inovação. E-mail: marysga@feevale.br

momento em que é lido como prática social. Os espaços públicos municipais, destinados ao turismo e lazer, passam a assumir características diversas do passado. A utilização dos espaços urbanos pela população residente e visitantes está entre as novas propostas turísticas na atualidade, gerando a urgência de espaços para todos.

Sabe-se que o número de pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida vem aumentando significativa e diariamente no mundo, impondo mudanças estruturais nos municípios e de comportamento da parte dos cidadãos. As questões que envolvem a acessibilidade exigem uma abordagem teórica ampla e abrangente e devem dar conta de um universo que integre os aspectos socioculturais, políticos e econômicos, além de estar em conformidade com a legislação vigente.

A acessibilidade deve ser vista como equiparação de oportunidades, proporcionando o acesso democrático ao espaço urbano. A defesa da qualidade de vida e a integração social são aspectos essenciais para uma sociedade democrática que se apoia em políticas de inclusão de forma participativa e em igualdade de oportunidades.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a relação entre turismo e acessibilidade nos espaços públicos municipais, destinados ao turismo e lazer. Está estruturado em quatro partes complementares: inicialmente, busca compreender a cidade como um espaço de todos e para todos. Em seguida, traz a questão do turismo e sua relação com as novas formas de consumo e de consumidores. Busca ainda esclarecer a noção de deficiência física e inclusão social e, por último, apresenta as políticas públicas e programas de acessibilidade urbana. Ao mesmo tempo em que se promove uma reflexão para a compreensão das noções que envolvem a temática sobre a importância da acessibilidade e a necessidade de adaptação dos espaços públicos urbanos.

## **1. A Cidade: espaço urbano para todos**

As cidades são espaços de convivência, intercâmbio e constitui-se em uma vasta rede, que liga os indivíduos entre si. É o lugar onde o homem vive, trabalha e se relaciona com o ambiente e com as pessoas (Castells, 1999). É o espaço da casa, da família e da identidade. É também o espaço da rua, da praça e do público. É hospedeira e abrigo de residentes e de visitantes nas suas diferenças (Barros, 2004).

Desse modo, a cidade compreende uma série de elementos que formam o seu patrimônio sociocultural urbano, no qual as particularidades se perdem no coletivo como fruto da vivência social que irá caracterizar determinado município. O estilo de

vida se esboça a partir de hábitos e costumes próprios, complexos, conflituosos, formando um ambiente de todos, portanto para o uso de todos.

Para Montejano (1999), a cidade é um bem público da sociedade e o Estado é responsável pelo conjunto de atividades e operações realizadas por indivíduos ou grupos, a ela relacionadas. Assim, Lickorish e Jenkins (1997) destacam a necessidade do planejamento municipal dos espaços urbanos destinados ao turismo e lazer, considerando as características econômicas, sociais e culturais da sociedade municipal. A sociedade é formadora da cidade com todos os seus cidadãos, portanto é direito de todos terem acesso aos bens citadinos.

O ambiente público destinado ao turismo e lazer considera como demanda aquelas pessoas que se deslocam em busca das principais características que conformam aquele espaço. Assim, as pessoas se deslocam para o lugar onde se concentra a maior quantidade de alternativas de lazer que possam atender as suas necessidades, além de equipamentos e serviços compatíveis (Gutiérrez Brito, 2007). Nesse sentido, a cidade foi construída pela sociedade e esta tem direitos iguais sobre os seus bens (Gonzales Viana, 2006).

Para Kliass (1993) os espaços urbanos públicos devem ter dimensões significativas e predominância de elementos da natureza e da cultura contendo aspectos lúdicos para o uso de todos, destinados a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e visitantes. Os espaços urbanos surgem com novos contornos sociais e culturais, devendo ser adaptados para os diferentes tempos, funções e usos (Scalise, 2002). Nesse cenário, torna-se possível vislumbrar as práticas turísticas de relações sociais e de interação numa humanização que pode ser vivida por todos, formando uma tríade entre turistas, residentes e elementos urbanos locais, para o convívio saudável de todos.

## **2. O turismo e as novas formas de consumo e de consumidores**

O turismo movimenta milhões de pessoas em todo o mundo e possui entre suas características fundamentais, o consumo de bens e serviços no local onde ele é produzido. Nesse sentido, quem se desloca é o consumidor e não o produto. Portanto, para que haja o encontro entre o consumidor e o produto é necessário que o turista deixe o seu local de residência para um destino e lá efetue o consumo (De La Torre, 1997).

O turismo é alimentado pelos atrativos turísticos, são eles os motivadores dos deslocamentos de turistas até um determinado destino. A oferta turística tem entre seus

componentes fundamentais proporcionar o lazer, prazer, conhecimento e diversão, entre outros. O turismo “reforça o sentimento de pertença e favorece uma nova relação com o ambiente social e com o ambiente natural” (Maffesoli, 1995, p. 17). Portanto, os espaços urbanos destinados ao turismo e lazer devem ser acessível a toda população, sem exceção. O turismo se acha inserido num processo social que se encaixa na sociedade contemporânea (Maffesoli, 2000). A proposta turística busca satisfazer os desejos e as necessidades da população, entre elas, a relação com o lazer, enfim, na proposta de interação social que tenha como prioridade a atração turística planejada para um público diverso – o turista – aceitando e valorizando a diversidade humana (Ashton, 2004).

A partir dessa ideia se tem que o destino turístico deve oferecer condições suficientes aos consumidores, ou seja, deve ser assegurada a livre locomoção dos visitantes nos espaços onde se localizam os atrativos disponíveis, além de serviços qualificados (Ashton, 2011).

Na mesma proporção em que os visitantes têm o direito de livre acesso aos espaços para o consumo turístico, os residentes também se beneficiam com as melhorias na infraestrutura, usufruindo das áreas de lazer e da experiência turística. Nota-se que, para o desenvolvimento turístico municipal, é importante considerar a diversidade existente na sociedade e propiciar a apreciação e consumo dos atrativos para todas as pessoas, conforme a Constituição Federal vigente, que no art. 244 assegura: “a Lei disporá sobre a adaptação dos logradouros [...] a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” (artigo, 227, §2º), promovendo, ainda, um turismo mais humanizado. O turismo inclusivo tem como característica, fundamental, oferecer espaços físicos acessíveis e recursos humanos capacitados para atender às necessidades de todos. Para Boia (2000), os espaços físicos turísticos devem seguir as normas internacionais (Kèroul – Canadá; Amsca – Argentina; Alpe – Espanha) para a adequação das dimensões e medidas.

Assim, a proposta turística municipal merece ser reavaliada, considerando que o consumidor pode ser um deficiente físico, crianças, idosos ou pessoas que pertencem às minorias (Canejo, 1998; Correr, 2003). Os espaços de lazer acessíveis são um direito de residentes e visitantes e deve ser assegurado pelo poder público, por meio da implantação de projetos que deem conta de tornar acessíveis os locais públicos e a infraestrutura destinada à sociedade.

Cabe destacar que, a partir da democratização do turismo passa, a surgir novas demandas para os produtos e serviços turísticos. Emergem novos públicos interessados no consumo turístico, formando novos nichos de mercado, tornando-se urgente a criação de propostas e programas governamentais adequados à população que atualmente quer consumir o turismo. Soma-se a isso a necessidade de se fazer cumprir a Lei ou elaborar legislação própria e políticas públicas compatíveis com a questão de um turismo inclusivo e que regulamente a formatação e a oferta dos produtos e serviços turísticos acessíveis a todos, ou seja, adaptados (Sasaki, 1999). Observa-se, assim, a necessidade de novas propostas de projetos turísticos diante da importância da acessibilidade e das questões que envolvem o turismo para todos, que contemplam o direito de todos os cidadãos, o denominado turismo inclusivo.

Atualmente, observa-se que grande parte da população tem problemas de locomoção e enfrentam barreiras no seu cotidiano para efetuar os mais simples deslocamentos, mesmo dentro do próprio município (Heidrich, 2004; Neri, 2003). Para o desenvolvimento do turismo inclusivo, impõem-se uma série de mudanças políticas, sociais, de infraestrutura e de atitude, transformando a experiência turística ao oportunizá-la a uma maior fatia da sociedade (Molina, 2004). A criação de novos produtos e o surgimento de serviços turísticos acessíveis tem como base atender a demanda da sociedade atual, portanto, deve adotar como princípio a satisfação da mesma (Urry, 2000). Os atrativos turísticos são organizados para o uso da população, assim, devem partir de uma premissa básica: estar disponíveis e acessíveis a toda a população para que possam atender as necessidades e expectativas da sociedade que os utilizam, assumindo um compromisso com a inclusão das minorias (Canejo, 1998). Nesse contexto, torna-se urgente que o turismo seja redimensionado e as atitudes sociais sejam repensadas, garantindo espaços adequados para todos, priorizando as questões sociais às econômicas (Silva e Boia, 2006). O turismo inclusivo deve ser compreendido como o turismo que apresente como proposta a inexistência de barreiras físicas ou de atitudes.

### **3. Deficiência e Inclusão social**

Sabe-se que em tempos anteriores qualquer indício de deficiência física ou mental era motivo de isolamento social. A pessoa com necessidade especial era, portanto, excluída. Após muitas décadas e até séculos, surgem novas correntes em prol da integração, além da filosofia da inclusão social (Fritzem, 1998). A partir desses

estudos observa-se uma verdadeira transformação acerca de conceitos e atitudes voltadas para a integração e inclusão social das pessoas deficientes.

No Brasil, o Decreto Lei nº 3298 de 20 de dezembro de 1999, artigo 3º, parágrafo 1, deixa saber que a pessoa com deficiência é aquela que “apresenta perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. Esse conceito revela a dificuldade das pessoas deficientes realizarem o exercício pleno de atividades diversas e necessárias no dia a dia.

Fávero (2004) e Miziara e Azevedo (2006) apresentam reflexões quanto à melhor terminologia a ser utilizada, ao se reportar às pessoas com deficiência, e referem que embora na Constituição Federal seja utilizado o termo portador de deficiência, este não é o mais indicado. Na atualidade, o termo utilizado é pessoa com deficiência ou variações como pessoa que possui deficiência ou que tem deficiência.

A inclusão social é “um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades a todos” (Sasaki, 1999, p.3). A sociedade precisa se adaptar para poder incluir e as pessoas com necessidades especiais precisam preparar-se para serem incluídas. A partir disso, observa-se a necessidade de uma mudança profunda de mentalidades e de comportamentos, inclusive das pessoas deficientes, aliada a uma mudança na infraestrutura municipal que dê conta de adaptar os espaços públicos ampliando o acesso e as facilidades de mobilidade para todas as pessoas.

A inclusão é um processo de mudança do sistema social comum, para acolher toda a diversidade humana (Sasaki, 2006). Para a maioria das pessoas, quando se fala em inclusão, pensa-se no aspecto de uma pessoa excluída ser colocada dentro, para não ser marginalizada, discriminada. Porém, para Sasaki (2011) a inclusão compreende um processo de transformação total, envolvendo a adaptação do espaço físico e a atitude humana.

Conforme estudo desenvolvido por Ross (1998) existe sete princípios para a inclusão: celebração das diferenças sem preconceitos; direito de decidir e tomar decisões; valorização da diversidade; direito de contribuir; promoção do aprendizado cooperativo; promoção da solidariedade humana; valorização da cidadania e da qualidade de vida.

Observa-se que existe a necessidade de uma avaliação dos espaços públicos por profissionais preparados e especialistas nessa área. As várias formas de deficiências demandam diferentes tipos de adaptações a fim de garantirem a segurança e a facilidade na locomoção dos deficientes e de pessoas com mobilidade reduzida. Sassaki (2011) considera em seus estudos a existência de seis barreiras excludentes: Arquitetônica (não permite a acessibilidade da pessoa com dificuldade de locomoção), comunicacional (a linguagem verbal ou visual utilizada não alcança todas as pessoas), atitudinal (atitude preconceituosa), metodológica (métodos de ensino, trabalho e lazer homogêneos), instrumental (instrumentos utilizados para trabalhar, brincar que não atendem as limitações), programática (leis, portarias, regulamentos e políticas que perpetuam a exclusão). Para Sassaki (2011), enquanto a sociedade não remover as barreiras nessas seis áreas, essa parcela da população vai continuar excluída.

Entre as medidas corretivas surge o Desenho Universal, lido como requisitos fundamentais para melhorar a qualidade de vida e ampliar o potencial de inclusão social propondo o espaço com uso democrático, para diferentes perfis de usuários (Ely e Dischinger, 2003). O Desenho Universal dá conta de que todas as pessoas, sem exceção, de crianças a idosos, dos que possuem limitações físicas temporárias ou permanentes, tenham condições igualitárias na qualidade de uso do espaço público urbano no âmbito da cidade. Tilley e Dreyfuss (2005) afirma que, o Desenho Universal, surge como uma nova perspectiva de adaptação e ergonomia no design dos elementos de utilização coletiva com a função principal de atender às necessidades humanas de todos. “[...] Em diversos momentos da nossa vida, todos nós experimentamos dificuldades nos espaços em que vivemos ou com os produtos que usamos” (Simões e Bispo, 2006, p. 37). O Design Inclusivo é também uma prática democrática, de respeito pelos direitos humanos e de defesa de condições de igualdade de oportunidades.

O Decreto-Lei 5296 de 2 de dezembro de 2004 define acessibilidade como sendo a condição para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. A acessibilidade compreende a possibilidade de acesso a um lugar e/ou o uso de equipamentos de maneira independente (Brasil Acessível, 2004).

Segundo Ely e Dischinger (2003), a acessibilidade é fundamental para a inclusão e participação de todas as pessoas na sociedade, independente de suas limitações ou restrições. Costeira (2008) e Correr (2003) defendem que o ambiente em que se vive

deve, necessariamente, ser compatível com as preferências pessoais e necessidades específicas, tendo na acessibilidade a equiparação de oportunidades, proporcionando o acesso democrático ao espaço urbano. Importante ressaltar que a acessibilidade é um direito de todos.

#### **4. Políticas e Programas de Acessibilidade Urbana**

A acessibilidade nas cidades se encontra inserida no processo de inclusão social e deve ser contemplada pelas políticas públicas municipais e regionais, promovendo o respeito e a liberdade de locomoção, na medida em que favorece o exercício da cidadania. “O principal objetivo de uma política é elevar o bem estar de seus cidadãos” (Kadt, 1991, p.52). Portanto, as políticas públicas devem traduzir as decisões governamentais com relação às necessidades da sociedade civil local e voltadas para o bem estar e melhoria da qualidade de vida da população. No entanto, é necessário compreender que os espaços urbanos destinados ao turismo e ao lazer dependem das políticas públicas, bem como de um planejamento de turismo municipal.

O governo federal, através do Ministério das Cidades, disponibiliza aos municípios brasileiros um programa de orientação para a implantação de propostas de acessibilidade. O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana tem como objetivo “estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a desenvolver ações que garantam acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas” (Brasil Acessível, 2004, p.5).

Para tanto, o programa é composto de seis publicações temáticas, a saber: Caderno 1, apresenta conceitos e definições sobre a deficiência e a restrição de mobilidade, com o objetivo de capacitar gestores e operadores públicos ou privados para o atendimento no sistema de transporte coletivo. Portanto, é instrumento de capacitação de condutores do transporte coletivo e escolar, cobradores, taxistas e todas as pessoas envolvidas no atendimento ao público.

Caderno 2, é destinado aos profissionais que irão elaborar os projetos urbanísticos e de mobiliário urbano no espaço público. Atendendo ao decreto Lei 5.296/04 e à Norma NBR 9050:2004 para a construção da cidade acessível.

Caderno 3, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Traz orientações para implementação do Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº



10.048/00 e a de nº 10.098/00 com enfoque na mobilidade urbana, construção dos espaços e nos edifícios de uso público e legislação urbanística.

Caderno 4, traz orientações para a elaboração de uma Política Municipal de acessibilidade de forma permanente. Traz informações para a criação de um órgão ou uma coordenação municipal para o desenvolvimento de normas, instrumentos e ações integradas do poder público e também com a iniciativa privada para o atendimento às pessoas com deficiência. Apresenta procedimentos para a implantação e a fiscalização de projetos, obras e soluções para o acesso e o atendimento das pessoas com deficiência, idosos ou pessoas com mobilidade reduzida.

Caderno 5, é voltado aos gestores municipais, com orientação de programas e obras visando a implantação de Sistemas de Transporte Acessível, incluindo a infraestrutura urbana, combinação de todos os modos de transporte coletivo, os respectivos equipamentos de apoio ao usuário, em especial, as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como os procedimentos operacionais adequados.

Por último, o Caderno 6, trata das Boas Práticas em Acessibilidade. Voltado aos gestores municipais, tem como objetivo o registro de práticas inovadoras ou consagradas já em desenvolvimento nas administrações municipais, visando a construção de uma cidade acessível, considerando os espaços públicos e os serviços de transporte coletivo.

Conforme apresentado, o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana visa o desenvolvimento de ações voltadas à facilidade de mobilidade, a fim de garantir o direito de ir e vir, de forma independente, às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, tornando a cidade acessível. Busca, ainda, sensibilizar a população sobre o direito do livre acesso e inclusão social, por meio do cumprimento da Lei. Portanto, trata-se de um direito de todos.

Assim, as questões que envolvem a acessibilidade das cidades devem estar em conformidade com a lei pré-estabelecida, além das prioridades municipais e regionais para a implantação das melhorias em termos de infraestrutura e até na promoção de mudanças sociais na cidade. Os princípios para a construção de uma cidade acessível passam pela utilização do desenho acessível (Brasil Acessível, 2004, p.57), “compreendido a partir da concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais”, defende a ideia de proporcionar autonomia, segurança e conforto nos

elementos criados com a intenção primeira de solucionar os problemas que impedem a mobilidade das pessoas que possuem alguma deficiência.

## **5. Considerações**

Para o desenvolvimento desse estudo foram utilizados estudiosos de diversas áreas que problematizam questões pertinentes e complementares ao tema, porém, ao reunir essas ideias, deparou-se com a ampliação da perspectiva dessa discussão dando novas dimensões ao que se buscava compreender.

A partir da sustentação teórica desenvolvida, com base nos autores utilizados para a realização deste trabalho, foi possível refletir sobre a relação que pode existir entre o turismo e a acessibilidade nos espaços públicos urbanos, bem como, destacar a importância das políticas públicas para garantir a qualidade de vida da população.

Esse estudo revelou a cidade como o lugar do indivíduo, para a integração e inclusão, observando a deficiência física e a necessidade de uma nova postura na organização da sociedade e do espaço urbano utilizado pelo cidadão para o turismo e lazer. Destacou o direito do livre acesso das pessoas, conforme assegurado pela Constituição Federal Brasileira, as políticas públicas e programas de acessibilidade como parte integrante do processo de inclusão social.

A apresentação dessa temática leva, ainda, a refletir sobre as ações de inclusão social por meio dos programas de governos como uma importante ferramenta que pode nortear o comportamento e a atitude da sociedade em relação às pessoas com deficiência física, eliminando preconceitos, um dos grandes entraves para a formação de uma sociedade igualitária. A democratização do ambiente público é perpassada pelas condições de acessibilidade e cidadania.

Os espaços destinados ao turismo e lazer são parte do ambiente citadino e descrevem o cotidiano da sociedade. Sua utilização está diretamente ligada ao dia a dia das pessoas na realização de suas tarefas e atividades diárias, trata-se do coletivo, da vivência social. Além disso, projetos adaptados à utilização acessível dos espaços destinados a todos podem tornar-se grandes motivadores dos deslocamentos de pessoas que possuem deficiência, porém, observou-se que essas ações demandam de articulação entre diversos segmentos como a administração pública, a iniciativa privada e a própria comunidade. É necessário que cada parte assuma a responsabilidade que lhe cabe no exercício da plena cidadania. A busca por uma cidade acessível deve ser um objetivo municipal, portanto deve envolver toda a população.

Por meio dessa reflexão buscou-se, ainda, destacar a importância de ações inclusivas e propostas que atendam a legislação vigente em termos de acessibilidade. O turismo promove relações de ordem social e cultural somando experiências novas, diferentes daquelas vivenciadas no dia a dia das pessoas, tornando-se impar repensar algumas ações para a mudança social, inclusiva e adaptada e, assim, facilitando a locomoção e a utilização dos elementos turísticos urbanos por parte de pessoas com deficiência.

Nesse contexto, resta destacar a importância que recai na responsabilidade individual de cada um na sociedade, como cidadão e como profissional. Sabe-se que existem muitas ideias louváveis, muitas iniciativas e documentos formais estabelecendo leis, regras e normas, mas se percebe uma lacuna no cumprimento às leis no que tange a implementação desses projetos. A consequência é que poucos espaços públicos citadinos possuem uma infraestrutura em condições de acessibilidade que possam receber e atender a essa demanda, passando a dificultar até mesmo a circulação de carrinhos de bebês ou de pessoas da terceira idade.

#### **Referências Bibliográficas:**

ASHTON, M. S. G. (2009); *Sustentabilidade e turismo: reflexões para o desenvolvimento*. p.67-84. In: *Sustentabilidade uma Abordagem Social*. (orgs: Araújo, Russo, Zottis). Novo Hamburgo, Feevale.

ASHTON, M. S. G.; HUPFFER, H. M. (2011); “A cidade acessível e o direito ao lazer”. In: *Estado de Direito*, nº 30, ano V, 2011.

BARROS, Rinaldo. (2004); *Uma Nova Ética na Gestão Urbana*. p.259-273. In: Mendonça, F. “Cidade, desenvolvimento e meio ambiente: abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas”. Curitiba, PR: UFPR.

BRASIL ACESSÍVEL, (2004); Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. *Turismo e acessibilidade: manual de orientações / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação*. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo.

BOIA, Y.I.K. (2000); “O Turismo e a pessoa portadora de necessidades especiais”. Dissertação de Mestrado. PPG em Turismo e Hotelaria, Univali, Itajaí, SC.

CANEJO, E. (1998). “Cegueira Adquirida: reintegração social.” In: *Anais, III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial*. Foz do Iguaçu. p.309-313.

CASTELLS, M. (1999). “A Sociedade em Rede”. São Paulo, SP: Paz e Terra.

CORRER, R. (2003); “Deficiência e inclusão social – construindo uma nova comunidade”. Bauru, Edusc.

DE LA TORRE, Óscar, (1997); “El Turismo – fenómeno social”. México, Fondo de Cultura Económica. México.

ELY, V. H. B.; DISCHINGER, M. 2003; *Desenho universal: projetando para a diversidade de usuários*. [Sl.]: IAB-RS. Disponível em: <<http://www.iabrs.org.br/artigo/?art=37>> (acesso em: 24 abr. 2010).

FÁVERO, E. A. G. (2004); “Direitos das pessoas com deficiência – garantia de igualdade na diversidade”. Rio de Janeiro, WVA.

FRITZEM, S. (1998); “Ética em Dialética: elo da educação especial.” In: anais III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Foz do Iguaçu, 1998. P.299-302.

GONZALEZ VIANA, M. C. (2006); “Turismo y ciudad:nuevas tendencias.” Buenos Aires: Turísticas.

GUTIÉRREZ BRITO, Jesús. (2007), “La Investigación Social del Turismo.” Madrid: Thomson.

HEIDRICH, R. O. (2004); Análise de processo de inclusão escolar de alunos com paralisia cerebral utilizando as tecnologias de informação e comunicação. Porto Alegre: UFRGS. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, UFRGS.

KADT, Emanuel. (1991); “Turismo: passaporte al desarrollo.” Madrid: Endymion.

KLIASS, Rosa G. (1993); “Os Parques Urbanos de São Paulo.” São Paulo: Pini.

LICKORISH, L.; JENKINS, C. L. (1997); “Una introducción al Turismo.” Madrid: Síntesis.

MAFFESOLI, M. (1995); “A Contemplanção do Mundo”. Porto Alegre, Artes e Ofícios.

\_\_\_\_\_. (2000). “Sobre o nomadismo, vagabundagens pós-modernas”. Rio de Janeiro, Record.

MIZIARA, C.S.M.G e AZEVEDO, A.C.L. (2006); Atualização sobre aspectos médico-legais da pessoa com deficiência, em SENNYEY, A.L.; MENDONÇA, L.I.Z.; SCHLECHT, B.B.G.; SANTOS, E. F. e MACEDO, E.C. Neuropsicologia e Inclusão. São Paulo, Artes Médicas.

MOLINA, S. (2004); “O Pós Turismo”. 2ª edição, São Paulo, SP, Aleph.

MONTEJANO, Jordi M. (1999); “Estructura del Mercado Turístico: gestión turística.” Madrid: Síntesis.

NERI, Marcelo, ET AL. (2003); Retratos da deficiência no Brasil. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS. Disponível em: [http://www.fgv.br/cps/artigos/Outros//PPD\\_Retrato%20da%20Deficiencia\\_Jul2003\\_RC E.pdf](http://www.fgv.br/cps/artigos/Outros//PPD_Retrato%20da%20Deficiencia_Jul2003_RC E.pdf) (acesso em: 27 fev. 2008).

ROSS, P. R. (1998). Necessidades educacionais em projetos de educação inclusiva. In: Anais III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Foz do Iguaçu. p.243-247.

SASSAKI, R. K. (1999); “Inclusão: construindo uma sociedade para todos”. 3ª edição, Rio de Janeiro, WVA.

\_\_\_\_\_. (2006); “Inclusão – construindo uma sociedade para todos”. 7ª ed. Rio de Janeiro, WVA.

\_\_\_\_\_. (2011); Matéria de entrevista: disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=6891> acesso em: 04/06/11

SCALISE, W. (2002) “Parques Urbanos – evolução, funções e usos.” Revista da Faculdade de Engenharia, arquitetura e tecnologia – Universidade de Marília - UNIMAR. Vol 4, nº 1, outubro, 2002.

SILVA, Y. F. e BOIA, Y. I. (2006); “Turismo e Responsabilidade Social: uma reflexão sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais.” In: RUSCHMANN, D. e SOLHA, K. T. Planejamento Turístico. Barueri, SP: Manole.

SIMÕES, J. F.; BISPO, R. (2006); Design inclusivo acessibilidade e usabilidade em produtos, serviços e ambientes. 2ªed. Centro Português de Design, Disponível em: <[http://acessibilidade.cmlisboa.pt/index.php?eID=tx\\_nawsecuredl&u=0&file=fileadmin/DASNA/Biblioteca/Design\\_Inclusivo/manual\\_formacao\\_design\\_inclusivo\\_CML\\_CPD.pdf&t=1255981609&hash=10db870523f97b27a812dafefbe2c5db](http://acessibilidade.cmlisboa.pt/index.php?eID=tx_nawsecuredl&u=0&file=fileadmin/DASNA/Biblioteca/Design_Inclusivo/manual_formacao_design_inclusivo_CML_CPD.pdf&t=1255981609&hash=10db870523f97b27a812dafefbe2c5db)> Acesso em: 20 abr. 2010.

TILLEY, A. R.; DREYFUSS, H. (2005); “As medidas do homem e da mulher”. Porto Alegre, Bookman.

URRY, J. (2001); “O Olhar do Turista”. São Paulo, Nobel-SESC.

Sites de interesse:

AMSCA [http://www.m-y-c.com.ar/boletin/congreso\\_acc/ponencias\\_pres.htm](http://www.m-y-c.com.ar/boletin/congreso_acc/ponencias_pres.htm)

AMSCA [http://www.turismoparatodos.org.ar/turismo/pub\\_tec.htm](http://www.turismoparatodos.org.ar/turismo/pub_tec.htm)

AMSCA <http://www.turismoaccesible.com.ar/>